

▼ LUGAR PARA VIVER

Funai faz levantamento da área dos kaingangues

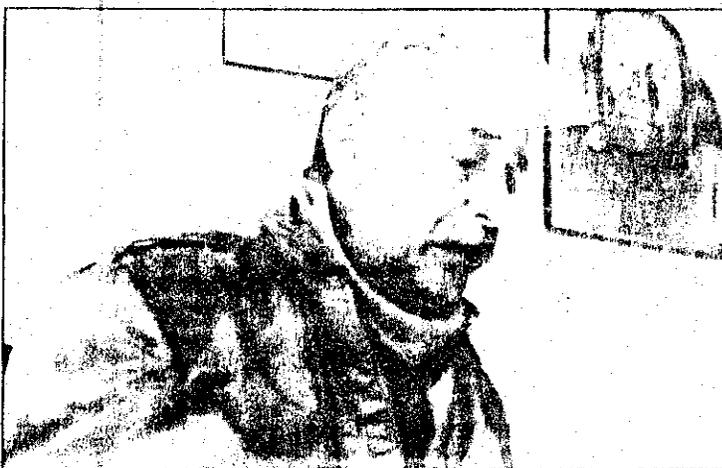
Terras estão sendo ocupadas por fazendeiros e índios exigem a demarcação de 2.413 hectares

ALCEBÍADES SANTOS
Abelardo Luz

Começa em uma semana o levantamento fundiário e de benfeitorias numa área de 2.413 hectares pertencente aos índios kaingangues, de um total de 80 mil hectares, e ocupada atualmente por fazendeiros. Através da portaria 0582/93, assinada no dia 16 do mês passado, a presidência da Funai nomeou para executar os trabalhos de campo o agrônomo Ademir Migliavaca, o agrimensor Sérgio Campos, os técnicos agrícola Valdecir Grando e Adolar Giorini, este da Funai, e Izilio Sciacatto, do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Ontem o administrador regional da Funai em Santa Catarina, Sebastião Aparecido Fernandes, disse que espera esgotar todas as possibilidades de entendimento amigável com o prefeito Valdir Sgarbossa (PDT) e uma comissão de proprietários de terras alarmados com a situação e a forma com que o levantamento

Direitos garantidos



TELEFOTO JAKSSON ZANCO/IDC/Abelardo Luz

Administrador da Funai, Sebastião Fernandes: índios são os donos das terras

fundiário e de benfeitorias será feito. Entre as exigências dessa comissão estão o pagamento, pela Funai, de honorários para o pessoal técnico que acompanharia o grupo de cinco pessoas indicado pela própria Fundação, e a garantia, valor e formas de pagamento das indenizações.

ESTUDO. Sebastião Fernandes disse que as exigências são "absurdas" e esclareceu que, embora os índios tenham direito aos cerca de 80 mil hectares delimitados

pelo decreto número 07, de 1902, querem recuperar apenas os 2.413 hectares do Toldo Imbu. A área localiza-se no interior do município e não atinge a cidade. Fernandes disse que os levantamentos poderão iniciar a partir do Passo das Antas. Os 2.413 hectares foram delimitados em estudo feito pela antropóloga Rosane Cassich Furtado e pelo engenheiro agrimensor Flávio Luiz Corne, a partir de 1986, que concluiu pela necessidade da demarcação da terra indígena.

A propriedade indígena também foi confirmada através de documentos e entrevistas com os índios mais velhos. O agente do antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), Francisco Siqueira Fortes, contou 101 índios vivendo na área em 1944. De acordo com Sebastião Fernandes, estudos antropológicos identificaram os indígenas em Abelardo Luz entre os anos de 1940 e 1946, quando foram retirados. "Os últimos saíram em 1946", diz o administrador.

Demarcação surpreende 1.500 famílias

A polêmica demarcação das terras indígenas em Abelardo Luz pegou de surpresa as 1.500 famílias que moram na cidade, dentro da área de 80 mil hectares, e deverá demorar muito para chegar a um fim. É no que acreditam tanto o administrador regional da Funai em Santa Catarina, Sebastião Apare-



cido Fernandes, como o prefeito Valdir Sgarbossa (PDT). Mas o prefeito não nega o direito dos índios nem dos atuais proprietários.

A terra foi garantida para os índios pelo decreto número 7, de 18 de junho de 1902, assinado pelo então governador da Província do Paraná, Francisco Xavier da Silva, e pelo secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, Arthur Pe-

dreira de Cerqueira. Em 1916, a questão das divisas entre Paraná e Santa Catarina foi resolvida e a área contestada ficou em território catarinense.

O decreto de 1902 nunca foi revogado e delimita a área "a partir do rio Chapecó pela estrada que segue para o Sul, até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois rios até onde fazem a barra". Na justificativa, o Governo do Paraná cita a presença de "200 almas"

chefiadas pelo cacique Vair-crê.

Atualmente os kaingangues da Reserva Chapecó somam 780 famílias (cerca de 4.200 índios), ocupando 15.623 hectares. O cacique Valdo Correia da Silva diz que, além dos 2.413 hectares ainda possuem escrituras de 276 hectares na divisa de Abelardo Luz com Ipuauçá, a serem demarcados, e mais 80 hectares que foram loteados pelo Inbra.